



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

ARP nº. 34/2020

PROCESSO nº. 0000841-35.2020.6.22.8000

Pregão Eletrônico nº. 25/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **STILOS CAFES ESPECIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **36.322.373/0001-26**, com sede a Av. Rio de Janeiro, 221 – sala 22, Centro, Londrina – Pr, CEP 86010-150. Telefone: (43) 3377-4173 e E-mail(s): fsbalthar2@hotmail.com, neste ato representada por **LENI MARIA LOPES BALTHAR**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. **0.571.494.291 FP-RJ** e CPF nº. **835.795.087-68**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Vlr Unit. R\$	Quant	Vlr Total R\$
01	Item 03 do Edital. CAFÉ. Café em pó homogêneo, puro, torrado, moído, extraforte ou superior, tipo exportação; embalado a vácuo por retirada de ar (não serão aceitas embalagens somente prensadas); qualidade global mínima 6,0 pontos e máxima de 7,2 pontos em função das características sensoriais; teor de impurezas em, no	Pacote c/1 Kg.	13,89	4500	62.505,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

máximo, 1%; embalagem de 250 gramas ou 500 gramas, acondicionadas em caixas de 5 ou 10 kg. Prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses. (CATMAT 217366). Marca: Odebrecht Superior.				
Valor total da ARP - R\$				62.505,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, no horário de 8h às 18h, na Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000., mediante prévio agendamento.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (*doze*) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. No anexo I deste instrumento consta a empresa componente do cadastro reserva para o item desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 03 de julho de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	LENI MARIA LOPES BALTHAR Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Rudma Rosa Oliveira Costa</i> CPF: 629.311.562-72 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha

ANEXO I

ARP nº. 34/2020

PROCESSO nº. 0000841-35.2020.6.22.8000

Pregão Eletrônico nº. 25/2020

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DA ARP 34/2020

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o item a seguir indicado, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

Itens da ARP	DESCRIÇÃO	FORNECEDORES QUE ADERIRAM A ESTE CERTAME
01	Item 03 do Edital. CAFÉ. Café em pó homogêneo, puro, torrado, moído, extraforte ou superior, tipo exportação; embalado a vácuo por retirada de ar (não serão aceitas embalagens somente prensadas);	BOAVENTURA CAFES ESPECIAL CNPJ: 24.252.228/0001-37 JOSE MAURICIO GOMES LELI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	qualidade global mínima 6,0 pontos e máxima de 7,2 pontos em função das características sensoriais; teor de impurezas em, no máximo, 1%; embalagem de 250 gramas ou 500 gramas, acondicionadas em caixas de 5 ou 10 kg. Prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses. (CATMAT 217366). Marca: Odebrecht Superior.	CNPJ: 28.055.048/0001-16.
		DMS COMERCIO E DISTRIBUI CNPJ: 33.174.960/0001-27



Documento assinado eletronicamente por **LENI MARIA LOPES BALTHAR, Usuário Externo**, em 06/07/2020, às 08:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 06/07/2020, às 14:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 06/07/2020, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Técnico Judiciário**, em 07/07/2020, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1312020
Disponibilização: 07/07/2020
Publicação: 08/07/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços 31 a 35/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 25/2020/TRE-RO. Processo SEI 0000841-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35.2020.6.22.8000. ARP 31/2020. Adjudicatária: FAMAHA - COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA. CNPJ: 07.734.851/0001-07. Objeto: I) Item 06 do Edital. CHÁ ALIMENTAÇÃO. Chá alimentício de ervas: com aspecto cor, cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 11 meses a contar da entrega, em sachê CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 10 SACHÊS DE 2 GRAMAS. Sabores: camomila, frutas vermelhas, hortelã, maçã e limão. Marca: BARÃO. Caixa. Quant. 3000. Valor Unitário R\$ 2,40. Valor total do item R\$ 7.200,00; II) Item 07 do Edital. CHÁ ALIMENTAÇÃO. Chá de folhas de erva mate tostada, em embalagem com 200/250 gramas. Prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses. Marca: BARÃO. Caixa. Quant. 2000. Valor Unit. R\$ 3,70. Valor total do item R\$ 7.400,00. Valor total da ARP, R\$ 14.600,00. **ARP 32/2020.** Adjudicatária: R E V INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL E SERVICOS DE CONSTRUÇÕES. CNPJ: 09.253.671/0001-39. Objeto: Item 02 do Edital. ADOÇANTE. Adoçante, aspecto físico líquido límpido transparente, ingredientes ciclamato + sacarina. Marca: ADOCYL SACARINA. Unidade. Quant. 240. Valor Unit. R\$ 3,36. Valor total do item R\$ 806,40. Valor total da ARP, R\$ 806,40. **ARP 33/2020.** Adjudicatária: CHARLEI BONI. CNPJ: 28.719.518/0001-07. Objeto: Item 12 do Edital. COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ. Coador (filtro) de papel descartável, para café, tamanho 103, costura dupla reforçada, acondicionado em embalagem/caixa contendo 30 unidades (filtros). Prazo de validade remanescente mínimo de 24 meses. (CATMAT 380323). Marca: SUPREMO. Caixa 30 Unid. Quant. 500. Valor Unit. 2,81. Valor total do item R\$ 1.405,00. Valor total da ARP, R\$ 1.405,00. **ARP 34/2020.** Adjudicatária: STILOS CAFES ESPECIAIS LTDA. CNPJ: 36.322.373/0001-26. Item 03 do Edital. CAFÉ. Café em pó homogêneo, puro, torrado, moído, extraforte ou superior, tipo exportação; embalado a vácuo por retirada de ar (não serão aceitas embalagens somente prensadas); qualidade global mínima 6,0 pontos e máxima de 7,2 pontos em função das características sensoriais; teor de impurezas em, no máximo, 1%; embalagem de 250 gramas ou 500 gramas, acondicionadas em caixas de 5 ou 10 kg. Prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses. (CATMAT 217366). Marca: Odebrecht superior. Pacote com 1Kg. Quant. 4500. Valor Unit. R\$ 13,89. Valor total do item R\$ 62.505,00. Valor total da ARP, R\$ 62.505,00. **ARP 35/2020.** Adjudicatária: RENATA GRAZIELLY CLEMENTE 02453596217. CNPJ: 36.939.968/0001-25. Item 10 do Edital. FÓSFORO. Fósforos de segurança longos, medindo 5cm de comprimento, em caixa com 240 palitos. Marca: PARANÁ. Caixa 240 Unid. Valor Unit. R\$ 2,68. Valor total do item R\$ 643,20. Valor total da ARP, R\$ 643,20. Valor Total das ARPs: R\$ 79.959,60. Vigência das ARP,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada em 06.07.2020, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas, em datas variadas.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 07/07/2020, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000841-35.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 25/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha. - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 127 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almocharifado, com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAIS DE COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almocharifado deste Tribunal, **durante o exercício 2020 e parte do exercício 2021** ([0512630](#)).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0538901](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 96/2020 - PRES/DG/AJDG ([0539943](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 25/2020 ([0540240](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0540241](#) e [0540864](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0548395](#));

b) Propostas e declarações das licitantes ROAD COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 05.555.440/0001-29 ([0548397](#)), R E V INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, CNPJ nº 09.253.671/0001-39 ([0548400](#)), PURA VIDA ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI – ME, CNPJ nº 29.427.609/0001-23 ([0548401](#) e [0548404](#)), ESTILO CAFES ESPECIAIS – LTDA, CNPJ nº 36.322.373/0001-26 ([0548407](#) e [0548409](#)), SM PANTANAL REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ nº 12.561.153/0001-97 ([0548410](#)), FAMAHA – COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 07.734.851/0001-07 ([0548415](#)), RENATA GRAZIELLY CLEMENTE, CNPJ nº 36.939.968/0001-25 ([0548416](#) e [0548418](#)), MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº 12.811.487/0001-71 ([0548419](#)), CHARLEI BONI ME, CNPJ nº 28.719.518/0001-07 ([0548420](#)) e PLANETA COMERCIO ATACADISTA DE UTILIDADES DO LAR LTDA – ME ([0549979](#));

b) Solicitação nº 83/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0548423](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas feitas aos itens 2, 3, 6, 7 e 10, bem como sua respectiva resposta na Manifestação nº 15/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SELAM ([0548844](#));

d) Solicitação nº 85/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0549980](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas feitas aos itens 1, 4, 5, 8, 9, 11, 12 e 13, bem como sua respectiva resposta na Manifestação nº 16/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SELAM ([0550023](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Solicitação nº 86/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0550721](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas feitas aos itens 8, 9 e 11, bem como sua respectiva resposta na Manifestação nº 17/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SELAM ([0550823](#));

g) documentos de habilitação das empresas CHARLEI BONI ME, CNPJ nº 28.719.518/0001-07 ([0551126](#)), FAMAHA – COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 07.734.851/0001-07 ([0551127](#)), RENATA GRAZIELLY CLEMENTE, CNPJ nº 36.939.968/0001-25 ([0551128](#)), R E V INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, CNPJ nº 09.253.671/0001-39 ([0551129](#)) e ESTILO CAFES ESPECIAIS – LTDA, CNPJ nº 36.322.373/0001-26 ([0551131](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0551151](#)), Resultado por Fornecedor ([0551152](#)), Termo de Adjudicação ([0551153](#)), Resultado de Licitação ([0551182](#)) e o comprovante de sua publicação ([0552077](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 46/2020 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0551187](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0551189](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0540864](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Na publicação do aviso ([0540241](#) e [0540864](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0548395](#)) e na ata do certame ([0551151](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 46/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC (0551187. Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 1, 4, 5, 8, 9, 11 e 13 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas CHARLEI BONI ME, CNPJ nº 28.719.518/0001-07 ([0551126](#)), FAMAHA – COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 07.734.851/0001-07 ([0551127](#)), RENATA GRAZIELLY CLEMENTE, CNPJ nº 36.939.968/0001-25 ([0551128](#)), R E V INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, CNPJ nº 09.253.671/0001-39 ([0551129](#)) e ESTILO CAFES ESPECIAIS – LTDA, CNPJ nº 36.322.373/0001-26 ([0551131](#)) atenderam os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0551151](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os **itens 1, 4, 5, 8, 9, 11 e 13 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma analisaremos a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a **Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0551153**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o **cadastramento dos**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 29/06/2020, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 29/06/2020, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000841-35.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 25/2020 – aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha. Homologação.

DESPACHO Nº 974 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almocharifado, com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAIS DE COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almocharifado deste Tribunal, **durante o exercício 2020 e parte do exercício 2021** ([0512630](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para homologação do Pregão Eletrônico nº 25/2020 ([0540240](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0551151](#)); o Resultado por Fornecedor ([0551152](#)); Relatório do Pregoeiro ([0551187](#)) relatando as principais ocorrências do certame; Resultado de Licitação ([0551182](#)), termo de Adjudicação ([0551153](#)) e a comprovação da publicação do resultado ([0552077](#)).

Não houve pedido de esclarecimento, impugnação ao Edital e registro de intenção de recurso.

Cumprida as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 07.734.851/0001-07 - **FAMAHA - COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA**, itens 06 e 07, valor R\$ 14.600,00; 09.253.671/0001-39 - **R E V INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL E SERVICOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI**, item 02, valor R\$ 806,40; 28.719.518/0001-07 - **CHARLEI BONI**, item 12, valor R\$ 1.405,00; 36.322.373/0001-26 - **STILOS CAFES ESPECIAIS LTDA**, item 03, valor R\$ 62.505,00; e 36.939.968/0001-25 - **RENATA GRAZIELLY CLEMENTE**, item 10, valor R\$ 643,20. Valor total R\$ 79.959,60. Os itens 01, 04, 05, 08, 09, 11 e 13 restaram fracassados. Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0551153](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar a repetição do certame, se não acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços ([0553105](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenham restados fracassados os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0551151](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 25/2020**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0551153](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À Seção de Almoxarifado para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 01, 04, 05, 08, 09, 11 e 13, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/06/2020, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.